



EDITORIAL

Aparelhagem electrodoméstica

Em evolução contínua, acentuada na última década, o nosso País tem passado por transformações da vida social, com esperada repercussão nas características do mercado interno de bens de consumo.

São causas evidentes daquelas transformações: o empenhamento feminino em áreas que transcendem a sua ocupação em trabalhos de casa e, logicamente, as limitações decorrentes na prática de actividades domésticas por empregados por conta de outrem. Os «electrodomésticos», na rotina quotidiana, ocupam um espaço no consumo que, muito acentuado no último vinténio, já se não pode desintegrar da qualidade de vida familiar.

Na generalidade, a prática da aplicação da electricidade aos usos domésticos, não ultrapassava, nos princípios da década de sessenta, a iluminação por incandescência e pouco mais. Recordemos a sensação alcançada pela publicação arrojada do Professor Ferreira Dias — «Uma casa electrificada» — na qual nos descreve a novidade (quase inédita, em relação ao consumo de electricidade) das aplicações electrodomésticas na sua própria casa. Quando relemos este trabalho, concluímos que (vinte anos passados) o sucesso se qualificaria muito àquem do que, na actualidade, se considera corriqueiro.

De Janeiro a Agosto de 1982, de acordo com o boletim mensal do INE, a produção de artigos eléctricos (abrangendo aparelhos electrodomésticos) ascendeu a 15,7 milhões de contos. Por outro lado, segundo uma publicação divulgada pela ANIMEE, a cobertura do mercado interno, em 1979, pela produção nacional, avaliou-se por 60 % e 66 % da procura em electrodomésticos, respectivamente com e sem motor incorporado.

Este apontamento vale como sintoma conjuntural muito favorável em confronto com as circunstâncias observadas no passado, poucos anos atrás.

Em consequência, parece-nos muito oportuno o enunciado de alguns aspectos que, no nosso entender,

devem caracterizar o mercado produtivo da generalidade dos electrodomésticos.

Efectivamente, são capacidade irremovível da produção industrial neste campo: o poder da sua investigação, a aptidão para projecto e «design», a economia operacional, a expansão comercial em extensão mundial, a assistência técnica cabal à aparelhagem de seu fabrico, a normalização dimensional e de qualidade obrigatória nas mercadorias produzidas, etc.

Aquela capacidade de resposta exigível às empresas do sector tem sido, e é, apanágio repartido por algumas dúzias de empresas multinacionais, predominantes no mercado mundial. Por outro lado, a concorrência nesse nível exige que, em paralelo da sua poderosa dinâmica comercial, as grandes empresas de electrodomésticos procurem a cooperação local do fabrico de componentes e da prática de montagens, que são normalmente factores positivos na economia de custos.

Os objectivos da política nacional, nestes primeiros passos da evolução progressiva agora a desenvolver, consiste em predispor a produção interna, em relação a cada tipo e cada modelo, em termos que seja nulo o fluxo dos pagamentos comerciais internacionais decorrentes da cooperação efectivada.

Impõe-se evitar que eventuais montagens e retoques qualifiquem de produção nacional as mercadorias que se importam. Mas a opção pelas «joint-ventures» neste sector não é condição suficiente para frustrar o êxito desejado e possível à indústria electromecânica do País.

Pelo contrário, a adequada adaptação das estruturas nacionais e, em cada caso, o exigível equilíbrio da balança de pagamentos externos, podem evitar retrocessos previsíveis e frustrações indesejáveis; mas equacionam o problema em termos que servem o interesse do País.

F. do A.